



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**  
**Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia**  
**Curso de Licenciatura em Pedagogia**

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA  
REGULAR EM RECIFE**

**Adriana Marília da Silva**

Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.

**Orientador(a): Profa Luiza Araújo**

**Co-orientadora: Prof. Marcia Oliveira**

**Recife,  
2020.1**

# A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA EM SALA DE AULA REGULAR

**Adriana Marilia** (1º autor/estudante autor do TCC)

*Licenciatura em PedagogiaUAEADTec/UFRPE*

Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE

drycca-2006@hotmail.com

**Luiza Araújo** (2º autor/professor orientador do TCC)

*Licenciatura em PedagogiaUAEADTec/UFRPE*

Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE

luiza.edu.11@gmail.com

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar a inclusão da criança autista em sala de aula de ensino regular em uma escola privada e outra pública em Recife, através de relato dos docentes. Na escola da rede pública é possível notar através do relato das educadoras que a maior dificuldade para elas é a falta de recurso familiar e assistência médica adequada. Infelizmente a maioria depende do atendimento médico apenas do sistema único de saúde. Por sua vez o atendimento se torna demorado e nem sempre dispõe da equipe médica necessária para conseguir fechar diagnóstico da criança com TEA (transtorno do espectro autista) de forma mais precisa. Diversos autores (Diniz, Barbosa e Santos,2009) apontam para elementos, além da perícia biomédica, das condições sociais de desigualdade que gravitam em torno da questão da criança autista, barreiras sociais, por exemplo, colocando-a em desvantagem nos processos de participação em diversos ambientes e atividades.

Recorremos do ponto de vista metodológico ao relato de três docentes que nos possibilitou compreender como ocorre a educação especial com perspectiva inclusiva nas escolas em que atuam, suas dificuldades, suas práticas, suas experiências, e suas concepções. Os resultados apontaram para a importância de suas práticas pedagógicas para além de tão somente atividades adaptativas, mas para todo o processo pedagógico abrangente, junto às crianças autistas.

**Palavras-chave:** Inclusão. Criança Autista. Relatos Docentes. Prática Pedagógica

## 1. Introdução

O tema escolhido para o presente artigo trata de estudar os desafios que ocorrem na integração e na inclusão do ensino regular da criança autista em escolas privadas e pública, ambas no município do Recife, a partir do relato das docentes.

A pesquisa objetivou de maneira geral analisar a inclusão da criança autista em sala de aula de ensino regular, considerando as discussões sobre a importância dessa inclusão para o desenvolvimento pedagógico e humano da criança. Objetivamos, de maneira mais específica mapear a prática pedagógica de cada professora, mediante a aplicação de questionário. Investigamos aspectos referentes à família e à assistência médica, aspectos que poderiam ajudar aos docentes na compreensão dos seus alunos autistas na sala de aula regular. Assim, ao longo desse trabalho de pesquisa, o foco da investigação esteve diretamente ligado ao seguinte problema: Como ocorre a inclusão da criança autista em sala de aula de regular em Recife, nas escolas das redes privada e municipal, sob a ótica das docentes?

A inclusão social do aluno com necessidades especiais no Brasil, vem crescendo e ganhando força a cada dia, na medida em que se ampliam as políticas públicas para alunos com necessidades especiais. Este tipo de inclusão no ambiente escolar tem se mostrado ainda mais presente dentro das escolas de ensino regular do país.

Conforme o art. 54 do ECA é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, já que toda a criança e adolescente têm direito à educação para garantir seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Processo de inclusão das crianças autistas nos ambientes escolares e sociais são mais que a simples integração física de sujeitos em sala de aula - pois supõe uma mudança de atitude e mentalidade frente às diferenças e diversidades de toda ordem: físicas, étnicas, culturais, econômicas, etc. (Portal Coamar 2016)

Pessoas socialmente incluídas ou inseridas são as que fazem parte dos ambientes materiais e simbólicos educação e cultura, em contraposição às pessoas socialmente excluídas. (Portal Coamar, 2016).

Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a educação é um dos direitos fundamentais de todas as crianças e adolescentes, independentemente de sua condição, com necessidades especiais ou não, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988). Isso quer dizer que as pessoas com necessidades especiais não podem ter seu direito à educação restringido ou negado por sua deficiência.

Também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) em seu capítulo V ‘Da Educação Especial,’ no artigo 58 define como ‘modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação’. Portanto, a lei resguarda como direito aos alunos com necessidades especiais a promoção e assistência do desenvolvimento de suas potencialidades em todo o segmento da educação do Brasil, desde a educação infantil até a educação superior.

Nessa mesma direção, as Portarias 555/2007 e 948/2007,2008 que versa sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que tem por objetivo:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade [...] (PNEEPEI, 2008, p. 14)

Ao reforçar a importância da educação especial como modalidade transversal para acesso, permanência e ensino dos alunos com necessidades específicas na sala de aula regular, apoiados pelo Atendimento de Educação

Especializada (AEE) e metodologias diferenciadas e adaptadas ao que se deseja é na qual o aluno consiga atingir suas potencialidades, em seu próprio tempo e ritmo. A transversalidade da educação especial na sala regular e do suporte do AEE na trajetória educacional do aluno visa a autonomia do aluno em sala de aula e em sua vida.

Sobre a Lei Nº 12.764 - Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista- TEA, houve avanço no que se refere a escolarização dos indivíduos com TEA a partir da promulgação da referida legislação. As ações e políticas para o autismo deixam de ser pensadas apenas na área da saúde mental.

Neste sentido é importante ressaltar que educação inclusiva da criança com TEA auxilia reduzir obstáculos no processo de socialização e participação plena na sociedade.

Segundo Zabala (2002) no ensino qualquer decisão é o resultado consciente ou inconsciente do papel que se atribui ao sistema educativo. Essa função social corresponde à concepção que se tem sobre o tipo de sociedade que se deseja construir. Por isso, ao optar por uma educação especial por perspectiva inclusiva o Brasil se coloca em vanguarda na luta pela igualdade na educação, pois em suas leis, aqui mencionadas, já resguarda o direito à educação de qualidade a todos/as.

Este artigo se justifica pela necessidade de ampliar a nossa compreensão sobre essa temática, e pelo interesse de relatar os desafios que ocorrem na integração e na inclusão do ensino regular da criança autista em escolas privadas e pública, ambas no município do Recife, através da concepção das docentes. Os relatos das três docentes possibilitaram entender como ocorre a educação especial com perspectiva inclusiva nas escolas em que atuam, suas dificuldades, suas práticas, suas experiências.

Analisar o relato sobre suas práticas pedagógicas, para além de tão somente atividades adaptadas, é fundamental para conhecer as expectativas, as percepções, as experiências das professoras com os alunos autistas. Mas, também, as opções de técnicas didáticas e da organização do trabalho docente que pode ser melhor para atender às demandas dos alunos autistas.

Entender se essas docentes se percebem em uma escola inclusiva. Se em meio a desafios, a escola lhe dá suporte para desenvolver uma prática pedagógica capaz de educar a todas as crianças, inclusive as crianças autistas do grau leve, moderado e severo. E se possui o Atendimento de Educação Especializada (AEE) para atender de forma suplementar ou complementar os alunos com TEA.

E, por fim, se justifica por tentar analisar o olhar destas docentes sobre outros aspectos da vida do aluno com TEA para além do educacional: familiar e assistência médica. Para que os alunos com autismos possam atingir suas potencialidades educacionais é necessário uma rede de suporte familiar e de assistência médica adequada, e através dos relatos das docentes podemos tentar compreender as dificuldades fora dos muros da escola que os alunos enfrentam, e como isso reflete em sua aprendizagem.

## **2. Referencial teórico**

Através da aquisição de novos valores e princípios, a sociedade em pleno século XXI se mostra cada vez mais presente com relação a importância da educação inclusiva, em promover a inclusão de crianças com deficiências em escolas de ensino regular. Essas mudanças são resultadas de anos de luta por direito de igualdade e equidade, das crianças que antes eram excluídas e rejeitadas por serem deficientes no ambiente escolar. Hoje essas instituições de ensino veem sendo desafiadas a promover um ensino de qualidade, buscando criar metas para enfrentar e superar as dificuldades encontradas na inclusão escolar aos alunos com deficiência.

Para Rodriguez (2006) a exclusão é devida provavelmente a fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa. Demanda-se cuidado com as pessoas diferentes – seja na identidade sexual, socioeconômica, de deficiência de etnia etc. As ideias feitas da sociedade sobre o que é diferente fazem com que a mesma passe a excluir, isolar e banir, o que resulta na necessidade de identificar e criar programas para combater a exclusão, gerando assim um conceito contrário: a inclusão.

Klein (2010) relata que a palavra “inclusão” tem sido utilizada como jargão na área educacional para marcar as práticas que gostaríamos que fossem mais justas, democráticas e solidárias para com o outro. O ato de incluir vai além da inserção, faz-se necessário tornar o indivíduo parte de um todo, para que o mesmo não seja rotulado e excluído por apresentar comportamentos e características diferenciadas.

A Lei nº 12.764/2012 - Lei Berenice Piana, estabeleceu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, prevendo o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino e atendimento por profissionais capacitados a desenvolver atividades com vistas à inclusão. Devido a implementação desta Lei o aluno com autismo tem o direito garantido de frequentar a sala de aula regular e ter atendimento de profissionais preparados para preconizar a legislação vigente.

Todavia, para acontecer a inclusão de fato, os sistemas de ensino deveriam ter a obrigatoriedade de capacitar professores e funcionários para os mesmo compreende a singularidade da criança autista e aprender conviver, respeitar e principalmente oferecendo a mesma qualidade de ensino para crianças com TEA e a todos os alunos com mesmas condições de desenvolvimento.

Segundo Orrú (2012), as pessoas autistas são ainda pouco compreendidas pela sociedade, devido à falta de conhecimento sobre esta condição. De acordo com a narrativa da autora, a falta de informação sobre o autismo acaba produzindo falta de compreensão sobre a síndrome, e em consequência disto algumas pessoas produzem conceitos deturpado sobre o assunto.

[...] quando as pessoas são questionadas sobre o autismo, geralmente são levadas a dizer que se trata de crianças que se debatem contra a parede, tem movimentos esquisitos, ficam balançando o corpo, e chegam até dizer que são perigosos e precisam ser trancados em uma instituição para deficientes mentais. São falas que revelam desinformação a respeito dessa síndrome (2012, p.37)

De acordo com Cruz (2014), a exclusão social as especificidades que são associadas a criança autista são significativas a sua síndrome. Parte da

sociedade ao tentar comparar crianças com TEA a crianças tidas como normais acreditam na incapacidade social daquelas em detrimento destas, por conta de preconceitos que já estão na sociedade a respeito da síndrome como diz Cruz (2014). Mas na escola essa criança tem que ser acolhida em suas especificidades, por isso em sala de aula é preciso de práticas que auxiliem o aluno autista em seu processo de socialização.

[...] cabe exatamente ao processo educacional destas pessoas a tentativa de desenvolvimento dessas insuficiências através do que são capazes de realizar investindo no processo de interação com o grupo social (2014, p. 60).

A autora relata que existe uma posição por parte da sociedade seguindo as próprias limitações da pessoa com autismo, ou seja, nas relações e interações que determinam sua privação das relações sociais.

As especificidades que são associadas a criança autista são significativas a sua síndrome. Parte da sociedade ao tentar comparar crianças com TEA a crianças tidas como normais acreditam na incapacidade social daquelas em detrimento destas, por conta de preconceitos que já estão na sociedade a respeito da síndrome como diz Cruz (2014). Mas na escola essa criança tem que ser acolhida em suas especificidades, por isso em sala de aula é preciso de práticas que auxiliem o aluno autista em seu processo de socialização.

Segundo o Manual para escolas (2011) até que lhes sejam ensinadas melhores maneiras para expressar suas necessidades, crianças com autismo fazem o que podem para passá-las para os outros.

As crianças com TEA podem até buscar contatos sociais, mas devido as suas características acabam ficando isoladas por terem comportamento diferente de outras crianças. É nítido nas pessoas com autismo a inabilidade em reconhecer os sinais sociais, como gestos e interações. De acordo com Passerino (2012):

Esse déficit na simbolização afeta a comunicação, pois há necessidade de um uso ativo de símbolos para representação, especialmente quando se trata de situações que envolvem elementos mais abstratos como sentimentos, emoções, entre outros (p.227).

A criança com TEA pode apresentar dificuldades de organização, de planejamento e compreensão dos conceitos abstratos, pode ocorrer interesses restritos e repetitivos, exemplo apego e fixação por objetos específicos.

Segundo o Manual para as Escolas (2011), alguns dos pontos fortes que podem estar presentes em um indivíduo com autismo são: Forte destreza visual, facilidade de entender e reter alguns conceitos, regras, sequências e parâmetros. Excelente memória para detalhes ou fatos mecânicos (fatos de matemática, horários de trens, basebol, estatísticas). Memória de longo prazo e capacidade em informática, habilidades tecnológicas ou interesse musical, intensa concentração ou focalização especialmente em áreas de atividades preferidas. Habilidades artísticas, habilidades matemáticas, habilidade de decodificar a linguagem escrita etc. Esses pontos fortes mencionados anteriormente, são algumas potencialidades que a criança portadora do TEA pode desenvolver ao decorrer do processo de socialização e de ensino e aprendizagem

Estas características e habilidades podem determinar áreas de investimento pedagógico, desafiando a escola no desenvolvimento de novas práticas e abordagens metodológicas, sempre com vistas à inclusão.

Cunha (2016) faz uma análise sobre ação mediadora na educação de autistas e destaca: “A mediação é o processo de intervenção na relação do aluno com o conhecimento. É toda intervenção pedagógica que possibilita esta interação” (p.62). A mediação é uma ferramenta pedagógica que exige planejamento e organização. Referente a ação mediadora ele declara: “A ação do mediador não é facilitar, porque mediar processos de aprendizagem é, sem sombra de dúvidas, provocar desafios, motivar quem aprende” (2016, p. 62).

É de suma importância a mediação escolar na educação de alunos com crianças com TEA e que a ação mediadora, devidamente organizada e planejada pode ser fundamental para a aprendizagem.

O professor tem um papel determinante, pois é ele quem recepciona e estabelece o primeiro contato com a criança, seja positivo ou negativo, dessa forma ele é um grande responsável por efetivar ou não o processo de inclusão. Considerando que é seu dever criar possibilidades de desenvolvimento para

todos, adequando sua metodologia às necessidades diversificadas de cada aluno.

Segundo Mousinho, et al (2010) as crianças que apresentam dificuldades de comportamento e socialização são geralmente vistas como excêntricas e bizarras por seus colegas, tornando difícil e complexo o papel do professor diante do desafio de ensinar e incluir, simultaneamente. As crianças com autismo têm dificuldade de entender sobre as relações humanas e as regras e convenções sociais. Podem ser ingênuas e não compartilham do senso comum. Sua rigidez gera dificuldade em gerir a mudança e as tornam mais vulneráveis e ansiosas. Muitas vezes não gostam de contato físico. Se a situação for mal manejada, podem acabar exploradas e ridicularizadas por outras crianças. No entanto, elas querem ser parte do mundo social e ter amigos, mas não sabem como fazer para se aproximar.

O papel do professor nessa perspectiva é tornar possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e adequar a sua metodologia para atender as necessidades destes. Em muitas situações, as crianças com autismo ficam às margens do conhecimento ou não participam das atividades grupais, fato que exige do professor sensibilidade para incluí-lo ao convívio com o meio, visto que é no processo de socialização que se constitui o desenvolvimento e aprendizagem.

### **3. Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida através da abordagem qualitativa, sendo realizado um questionário com professoras que trabalham nas turmas inclusivas com alunos autistas, grupos de pré-escola, de 4 a 5 anos, e o primeiro ano do fundamental. Infelizmente a observação não pode ser realizada devido a quarentena.

Devido a quarentena, por conta da pandemia do Covid-19, utilizamos a tecnologia ao nosso favor, entrando em contato com todas as envolvidas na pesquisa através do WhatsApp. Em primeiro momento fizemos uma chamada de vídeo com cada uma das professoras envolvidas na pesquisa solicitando sua participação no nosso projeto de pesquisa do TCC, que aborda o tema (A prática

pedagógica e a inclusão da criança em sala de aula de ensino regular em escolas do). Perguntamos se poderiam responder um questionário que havia elaborado com perguntas, que buscava descrever como ocorre a inclusão da criança autista na sala de aula regular. Desejando examinar as respostas de cada entrevistada sobre a importância da criança autista em sala de aula. Assim podendo verificar os aspectos da prática docente de cada educadora.

Esta pesquisa teve participação de três professoras, sendo duas da educação dos anos iniciais e outra da sala de recursos do AEE. Elas estão na faixa etária de 28 a 45 anos. Todas com formação superior em Pedagogia.

A pesquisa ocorreu em duas escolas diferentes, sendo uma da rede privada e outra da rede pública. A escola privada fica localizada no Bairro da Boa Vista, na cidade do Recife e a Escola Municipal, localizada no Bairro do Jordão. Esta última instituição possui sala de recurso com uma professora especialista que atende os alunos no contra turno escolar. A pesquisa tem como objetivo analisar se a inclusão da criança autista ocorre de maneira satisfatória e se os profissionais estão preparados para auxiliar os alunos no processo de inclusão.

### **3.1 Questões éticas**

Utilizamos o termo de consentimento livre e esclarecido, deixando claro qual era o intuito do projeto de pesquisa, do curso de pedagogia.

A pesquisa qualitativa tem como finalidade construir dados que emergem da compreensão de uma determinada realidade, nesse caso pedagógica, e voltados para compreender as atitudes, motivações e comportamentos de determinado grupo de pessoas, no caso, os docentes que lidam com as crianças autistas. Objetiva entender o problema do ponto de vista deste grupo em questão.

É importante perceber que é um tipo de investigação que considera aspectos subjetivos que não podem ser traduzidos em números. No entanto, vale observar que a partir desta pesquisa pode ser criada uma hipótese.

Outro recurso utilizado foi o questionário com perguntas abertas para cada docente, responder.

### **3.2 Análise e interpretação de dados**

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas individuais semiestruturadas. Não pudemos fazer a observação devido a pandemia que vivemos no mundo, pelo risco da contaminação.

Como instrumento de coleta de dados primários, foram realizados questionários com três professoras. A entrevista teve duração de uma hora. Como utilizamos a ferramenta do WhatsApp para fazer o contato direto com cada professora. Gravamos o áudio de todo o diálogo com as professoras para posteriormente, transcrever e então serem analisadas.

A entrevista com as professoras possibilitou alcançar uma variedade de impressões e percepções com relação a inclusão da criança autista em sala de aula regular.

De acordo com Bardin (2011) a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico e analítico. Os estudos sobre análise do conteúdo visavam incidir em diferentes fontes de dados, são elas: material jornalístico, discursos políticos, cartas, publicidades, romances e relatórios oficiais. Nessa fase preocupava-se com a objetividade nas análises, superavam-se as incertezas e o enriquecimento das leituras.

A análise do conteúdo é definida como um método empírico e qualitativo Segundo Bardin (2011), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

### **4. Discussão dos Resultados**

Nesta pesquisa, foi possível constatar que a inclusão da criança autista é um desafio para os docentes, para os pais e para a escola.

Na escola da rede pública é possível notar através do relato das educadoras que a maior dificuldade para elas é a falta de recurso familiar, e assistência médica adequada. Infelizmente a maioria depende do atendimento médico apenas do sistema único de saúde. Por sua vez o atendimento se torna

demorado e nem sempre dispõe da equipe medica necessária para conseguir fechar diagnostico da criança com TEA de forma mais precisa.

Outro fator relevante, relatado pelas professoras é falta de comprometimento familiar e aceitação das peculiaridades da criança com autismo, com isso gerar uma dificuldade maior para o professor trabalhar de forma satisfatória com o aluno autista. É possível notar que para o professor trabalhar as atividades escolares, no qual leve o aluno a construção do próprio conhecimento e inseri-lo na rotina da escola, é preciso uma parceria família, escola e o apoio de equipe multidisciplinar.

Após ouvir o relato da professora da rede privada de ensino tornou possível notar distintas diferenças de acompanhamento familiar e medico com seus alunos autistas. De acordo com a mesma sua primeira experiencia com sala de aula inclusiva foi mais satisfatória. Pois a criança tinha toda equipe medica e multidisciplinar necessária para auxiliar ela no processo de socialização escolar. A professora tinha contato direto com os médicos da criança tornando assim possível fazer um planejamento escolar para a criança com apoio da equipe medica e multidisciplinar volta para incluir ela junto a turma da sala de aula. Sem esquecer de citar que a família da criança tinha um vasto conhecimento de tudo que acometia a criança com TEA e suas especificidades.

Ainda sobre a professora da rede privada a mesma relatou na sua segunda experiência com sala de aula inclusiva. Foi mais complexa pois o aluno, mesmo a família tendo ciência em relação ao autismo e tudo que acomete uma criança com TEA, a mãe não achava necessário ele ter acompanhamento médico além de fonoaudióloga, por que na concepção dela apenas a fonoaudióloga iria ajudar seu filho neste processo de socialização e interação com outras crianças. O aluno de acordo com a professora precisava sim de uma equipe medica completa, para auxiliar ele nas particularidades do autismo. Infelizmente por não dispor do acompanhamento médico necessário o trabalho com ele em sala de aula de torna mais difícil. Apesar das abordagens da professora a mesma não sente que é o suficiente para a criança.

Sabemos que a Lei Berenice Piana determinou que toda criança tem o direito fundamental a educação e deve ser dada à oportunidade de atingir e manter o

nível adequado de aprendizado, que faça necessário a aplicação contínua desta Lei, garantindo educação para todos sem exceção.

Contudo, uma intervenção psicopedagógica só terá resultados se a criança com TEA for devidamente acompanhado pela comunidade escolar, pela família e por toda equipe multidisciplinar. Ou seja, é necessário dar aos mesmos recursos para seu pleno desenvolvimento, cognitivo, afetivo e social.

### **Considerações Finais**

O resultado do artigo indica a importância de tornar acessível à entrada e permanência de crianças com autismo em escolas de ensino regular, no entanto, não é uma tarefa fácil tornar uma escola inclusiva, é necessário que o governo, a escola e a família trabalhem juntos em prol da oferta de educação de qualidade, com as devidas condições e possibilidades para o desenvolvimento e a aprendizagem integrais das crianças autistas.

A inclusão educacional vai além da convivência social e escolar. É necessário pensar de que maneira é possível educar as crianças autistas de modo, elas possam gozar do direito à cidadania e usufruir do desenvolvimento e das suas potencialidades e suas capacidades de aprendizagem.

De acordo com este estudo foi possível identificar o papel do professor como mediador da inclusão escolar, ou seja, ele se torna responsável por criar situações e estratégias pedagógicas que oportunizem esse processo. O educador no processo de inclusão passa a compreender que as diferenças são características de todos os alunos de modo geral, independentemente de sua condição. A falta de formação voltada para aspectos inclusivos, na maioria das vezes reflete negativamente na prática docente do professor, pois ele precisa, de forma contínua, estar em contato com novas possibilidades de atuação profissional, redimensionando o seu saber e sua prática pedagógica nos espaços educativos.

### **Referências**

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Coimbra: Almedina, 2011.

CRUZ, Talita. **Autismo e Inclusão**: experiências no ensino regular. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

CUNHA, Eugênio. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, n. 11, p. 65-78, 2009.

KLEIN, R. R. A escola inclusiva e alguns desdobramentos curriculares. In: KLEIN, R. R.; HATTGE, M. D (Org.). Inclusão escolar: implicações para o currículo. São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 2010.

Lei direitos da criança com deficiência <<https://jus.com.br/artigos/68894/crianca-com-deficiencia-tem-direito-a-educador-especial-em-sala-de-aula>> **acesso em: 23/08/2020**

Manual das escolas 2011:

<[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_civel/Manual\\_para\\_as\\_Escolas.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/Manual_para_as_Escolas.pdf)> **acesso em: 20/05/2020**

Portal Coamar 2016:

<<https://portalcoamar.paginas.ufsc.br/files/2016/10/Gloss%C3%A1rio-Portal.pdf>>**acesso em: 20/05/2020**

MOUSINHO, Renata et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. Rev. psicopedagogia. [online]. 2010, vol.27, n.82, pp. 92-108. ISSN 0103-8486.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PASSERINO, Liliana Maria. Comunicação alternativa, autismo e tecnologia: estudos de caso a partir do Scala. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Org.). O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador/BA: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2012, p. 217-240.

RODRIGUEZ, D. (Org.). **Inclusão e Educação**: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

